

## VASCO GRAÇA MOURA E O NAUFRÁGIO DE SEPÚLVEDA

André Luiz Alves Caldas Amóra (UNICARIOCA)  
[andrealdasrj@gmail.com](mailto:andrealdasrj@gmail.com) e [andrealdasrj@gmail.com](mailto:andrealdasrj@gmail.com)

Pensar Portugal no século XX não é apenas situá-lo historicamente, mas refletir sobre a condição de um país atado a suas antigas conquistas e glórias, como uma metrópole colonialista, detentora de um império *onde o sol nunca se punha*. A autoimagem distorcida remete à epopeia de Camões, *das armas e dos barões assinalados*, em que a caravela lusitana ostentava a condição de senhora do ultramar. Porém, o que se pôde perceber no decorrer da história de Portugal foi um império marcado por perdas e por imposições estrangeiras. O sonho expansionista e o caráter colonizador do Império lusitano, cantados por Camões em sua epopeia, encontram-se à mercê de uma melancolia devastadora<sup>140</sup>, que perdura no “peito ilustre lusitano”.

Os seguidos naufrágios dos sonhos portugueses e a constatação crua de sua condição semiperiférica em relação aos outros países da Europa direcionam Portugal a uma crônica melancolia que envolve tudo aquilo que poderia ter sido e não foi, num estado de quase inércia de seu tempo que acaba por tocar no próprio perfil do homem português que, segundo Maria Luisa Blanco, “não se revolta face ao destino, há nele uma aceitação resignada do que o destino lhe põe diante. A maioria deles são assim: calados, pausados, nunca estridentes, o sorriso em vez do riso aberto, a cortesia, a discrição”. (BLANCO, 2002, p. 19)

Na postura quase passiva, resignada ante o destino, comentada por Blanco, percebe-se a sugestão de um povo cuja identidade parece construída a partir da prostração. De onde viria tal prostração? De que modo os acontecimentos históricos se refletem no processo identitário lusitano? Para Bauman (2005, p. 16), na construção ou busca de identidade, “tarefa intimidadora de alcançar o impossível”. Bauman diz ainda que “a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação: uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devora-

---

<sup>140</sup> Não esqueçamos, porém, a clarividência camoniana que o faz antecipar o julgamento da pátria e dos seus concidadãos, por uma voz que não hesita em afirmar, com dureza repassada de dor, os descaminhos de Portugal, presente n’*Os Lusíadas*, em X, 145.

do” (*Ibidem*, p. 84) e que “[...] o prazer de selecionar uma identidade estimulante é corrompido pelo medo” (*Ibidem*, p. 45).

Lilia Moritz Schwartz, em sua apresentação da obra de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, refere-se aos romances de fundação como verdadeiros construtores de um passado e de identidade. Segundo a estudiosa, “mais que inventadas, as nações são ‘imaginadas’ [...] e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10). E, no caso português, as glórias do passado são ritualizadas em textos que canonizam a conquista, naquilo que Hall denomina *narrativa da nação*:

Como é contada a narrativa da cultura nacional?

[...]

Em primeiro lugar, há a *narrativa da nação*, tal como é contada e reconstruída nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. (HALL, 2006, pp. 51-2)

O povo português, apegado à própria imaginação, tem n’*Os Lusíadas* a sua maior invenção. Comentando a assertiva de Anderson, que “o que intenta o nacionalismo é a língua impressa” (ANDERSON, 2008, p. 190), Schwartz comenta que “é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada” (*Ibidem*, p. 13).

No caso português, a dissolução e a fragmentação referidas por Bauman podem ser explicadas pela melancolia proveniente do fracasso da empresa expansionista de Portugal. O próprio ufanismo português, difundido na epopeia camoniana, constrói uma imagem distorcida e fantasiosa da nação e de sua verdadeira identidade. A respeito dessa representação fantasiosa realizada por meio de símbolos, num discurso nacional, diz Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais nos podemos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, pp. 51-2)

A luta contra a dissolução e a fragmentação da identidade gloriosa portuguesa e as constantes perdas em sua decadente realidade interferem no próprio processo de construção da identidade nacional. Sobre a identidade portuguesa, Eduardo Lourenço atribui a ela um caráter mítico, sendo aquela, ao mesmo tempo, a glória e o calvário de seu povo:

Essa identidade mítica, razão de sua estranheza e do seu mistério, é o seu céu e a sua cruz. Quem os fará sair de um labirinto que não é mais do que o da sua imagem sublimada, consoladora, de que eles são o criador e as criaturas? E por que sairiam dele? Acabou, realmente, esse tempo em que os portugueses ressentiam como uma ferida o fosso que separava o seu presente sem relevo particular, invisível aos olhos de outrem, desse momento 'imperial' de si mesmos para sempre perdido? (LOURENÇO, 1999, p. 11)

Publicado em 1988, o romance *Naufrágio de Sepúlveda*, de Vasco Graça Moura, tem como temática a falência de Manuel de Sousa Sepúlveda, um empresário que se arruína financeiramente às vésperas da Revolução dos Cravos.

Além da presença de um personagem homônimo ao do século XVI – protagonista do relato anônimo sobre o naufrágio do galeão São João, ocorrido em 1552, compilado por Bernardo Gomes de Brito, na *História Trágico-Marítima*, e personagem central da epopeia de Jerônimo Corte-Real, de 1594, sobre o mesmo naufrágio –, a obra de Graça Moura analisa a questão da identidade nacional, que, segundo o narrador/autor, é, por vezes, uma discussão em que intelectuais utilizam a verbosidade para demonstrarem um saber inútil, meramente retórico:

[...] essa questão da identidade nacional, quando resvala para a retórica, e resvala quase sempre para a retórica, tornou-se um verdadeiro onanismo intelectual, mesmo para os portugueses que não têm nada de onanistas (porque para os outros, a questão de identidade será, ela também, apenas mais uma modalidade estafante de onanismo) [...] (MOURA, 1988, p. 11-2)

Em contraposição ao discurso vazio dos intelectuais que utilizam a questão da identidade apenas por vaidade, o narrador de *Naufrágio de Sepúlveda* invoca D. Afonso IV, enfatizando o seu nacionalismo embrutecido, mas verdadeiro, sem a retórica vazia de tais intelectuais:

[...] D. Afonso IV procurava, no seu modo brusco e medieval, circunscrever por inteiro a identidade nacional, quando escrevia brutalmente ao rei de Castela, seu genro: 'E sem dúvida sabeis que os Portugueses nunca deixaram de usar três cousas, a saber, lutar, pelejar com castelhanos, e demandar com boa vontade mulheres'. (*Ibidem*, p. 12)

Guilherme Carneiro, amigo do narrador, com o qual discute sobre a arte, a política e a própria identidade portuguesa, afirma que a tal iden-

tidade seria um assunto descontextualizado, que não seria mais um grande problema de Portugal, uma vez que a nação já não possuía os grandes adversários, como Castela, nem as colônias de África, numa clara alusão à derrocada portuguesa. Ainda em suas palavras, destaca a perda da razão da luta e do enaltecimento da nacionalidade:

[...] esta noção empírica do vencedor do Salado, do pai e da formosíssima Maria, tornada de todo inócua, de todo falha de conteúdo, porque já não havia contexto em que pudesse ser aplicada, pois já não tínhamos onde, nem talvez por que lutar, nem na Europa, nem em mais parte nenhuma, Castela deixara de nos incomodar havia muito e a África fora-se [...] (*Ibidem*, p. 12)

Até *demandar com boa vontade mulheres*, uma das características marcantes – segundo Afonso IV – dos portugueses, se teria perdido com o tempo, pois “cada vez era menos preciso demandá-las, bastavam a boa vontade e um certo jeito para a piscadela de olho, o que, só por si, era desconfortavelmente curto para definir a identidade nacional” (*Ibidem*, p. 12), já que o sentido da conquista se perdera. O personagem afirma que tal identidade não passaria de um *orgulhinho* sentido por aqueles que mantêm a alma portuguesa somente em discursos vazios.

Significativamente, o personagem, que tanto deprecia a discussão acerca da identidade portuguesa, parece ressaltar esse desprezo ao adotar como pseudônimo artístico *Estevão Malarmado*, que remete de forma inequívoca ao simbolista francês Stéphane Mallarmé. Interessante notar que o simbolista francês morreu sem ter concluído seu grande projeto, *A Grande Obra* – obra em diversos volumes, de caráter místico, que buscava explicar a origem do universo. Já o personagem português tenta, por meio de seu discurso incisivo a respeito da identidade portuguesa, inverter o processo alquímico-discursivo elaborado pela história oficial, transformando aquele Portugal *de ouro* em um Portugal *de chumbo*, numa clara inversão do processo alquímico. Se a nação portuguesa se enxergasse como um país sem ilusões, seria um país comparável a outras nações europeias.

Ainda segundo o personagem, a questão da identidade seria apenas um tema discutido por pessoas que quisessem ter ideias originais, ainda mais com o acréscimo do conceito de *alteridade*, formando, assim, um binômio que, além de ser um excelente mote para diversos jogos de palavras, seria um tema de fácil entendimento para todos:

[...] afinal é sempre a questão da identidade que se põe como tema a toda a gente que queira ter ideias originais por toda a gente que nunca as teve, a questão da identidade, agora, para mais, enriquecida com a questão da alteri-

dade e os jogos de palavras respectivos entre as duas noções, que não são assim tão difíceis e estão ao alcance também de toda a gente [...] (*Ibidem*, p. 19)

A identidade será uma das marcas mais importantes do romance *Naufrágio de Sepúlveda*. Ora surge em seu aspecto conceitual, por meio de debates entre os personagens, ora assume outro aspecto, referente à própria figura do empresário Sepúlveda. Observa-se que, apesar de haver várias coincidências em relação a traços biográficos do navegante, fica claro que se trata de um homônimo em vez da apropriação do personagem histórico quinhentista. José Cândido de Oliveira Martins, em seu estudo sobre o referido romance, tece o seguinte comentário:

O narrador conta-nos, se assim podemos dizer, o naufrágio financeiro de um empresário, nas vésperas da Revolução de 25 de Abril (naufrágio de um Portugal?), mas com uma particularidade muito significativa, ao nível da seleção onomástica [...]. Com efeito, os nomes das personagens da família do protagonista, Manuel de Sousa Sepúlveda, coincidem com os nomes da família do infeliz navegador quinhentista, coincidências que se estendem a vários pormenores biográficos. (MARTINS, s/d, p. 162)

A tempestade, tão temida pelos navegantes do século XVI, surge logo no início do romance de Vasco Graça Moura, sendo uma das coincidências biográficas que perpassam o romance. Pancadas, relâmpagos, trovões, chuva e ventos intensos dão ao início do romance um cenário próximo ao da tempestade sofrida pelo grande Galeão São João, que leva o seu capitão e família ao lastimoso sucesso, num indício do naufrágio simbólico que, no texto contemporâneo, estaria por vir para o empresário Manuel de Sousa Sepúlveda:

De repente, uma porta bateu com muita força ao fundo do corredor: a janela estava escancarada e a pancada viera da corrente de ar, no exato momento em que o relâmpago tinha fendido a noite para lá de Monsanto, com o seu longo rasgão de fogo em ziguezague e o seu largo estremecimento violeta pálido a alastrar nos ares. O estrondo da porta pareceu aproximar o relâmpago e provir dele, e a sensação só desvaneceu, segundos depois, com o ribombar da trovoadá, a chegar propagado de mais longe em sucessivos mugidos surdos entrecochando-se, seguido de rajadas furiosas de chuva e de vento enfunado ao longo das ruas, numa bâtega tumultuária de granizo grosso enxotado contra as vidraças. (MOURA, 1988, p. 9)

O narrador observa a destruição causada pela tempestade através da televisão. Se, por um lado, o fragmento em questão remete explicitamente às tragédias marítimas do século XVI causadas por tempestades, por outro, o fato de a tevê surgir como elemento mediador e a presença da Ponte 25 de Abril, antiga Ponte Salazar, inserem traços da modernidade no texto. Apesar das marcas do século XX, a atmosfera de medo e de degradação permanece a mesma do século XVI, inclusive com uma voz

que aconselha prudência, sobretudo na ponte sobre o Tejo, evocando ecos de um velho que vociferava contra os riscos que se enfrentavam no mar, advindos da ganância:

Na sala, a televisão começava a transmitir o segundo noticiário falando da tempestade, rajadas ciclônicas de 120 km por hora, aeroportos fechados, casas aluídas, árvores arrancadas ou derrubadas pelo raio, inundações por toda parte, automóveis transformados em anfíbios desajeitados, barcos de pesca afundados junto à costa, algumas vidas perdidas, imagens terríveis do mar a galgar os molhes nos portos do norte, a água dos rios a subir desmedidamente engrossada pelo temporal numa lama revolta, *apelos à prudência na ponte sobre o Tejo que estava em condições de meter medo*. [grifos nossos] (*Ibidem*, p. 9)

O romance de Vasco Graça Moura tem como narrador um editor de livros movido pela curiosidade a respeito da história de um empresário português que fora à falência um pouco antes da Revolução de Abril, e que tem o mesmo nome de um navegante português, vítima de naufrágio no século XVI. A aproximação entre o Sepúlveda quinhentista e o empresário moderno surge quando o narrador, em uma ida ao banco com a finalidade de contrair um empréstimo, ouve do gerente sobre o ocorrido ao empresário, momento em que aquele faz um paralelo entre a falência de Sepúlveda e o naufrágio do homônimo quinhentista:

[...] o gerente daquela agência do banco, homem sorridente e afável [...] tinha sido o gerente que [...] me perguntara [...] se eu já tinha lido nos jornais o caso do Sepúlveda, do Manuel de Sousa Sepúlveda, e acrescentara, com uma piscadela cúmplice própria dos iniciados nestas coisas de cultura, que era um autêntico naufrágio de Sepúlveda. (*Ibidem*, p. 25)

Curiosamente, o interesse manifestado pelo narrador não ocorre de forma imediata. Treze anos depois da conversa com o gerente do banco, a leitura de um artigo e de uma entrevista versando sobre a identidade portuguesa desencadeia no narrador a lembrança da história mencionada pelo gerente e o interesse por ela. A partir do interesse pela história, surge o desejo de investigá-la e escrever sobre ela. Tem-se, dessa forma, uma narrativa maior que toca em três pontos fundamentais da literatura portuguesa contemporânea: a escrita da História, o paralelo entre os dois personagens – um histórico e um ficcional, que remonta a ele – e o pensar a identidade portuguesa na atualidade.

O narrador da história do Sepúlveda atual busca escrever sobre o caso de Sepúlveda/empresário, movido pelas aproximações entre a história do empresário e a do navegador, e a daquele e a do país. Este narrador, por coincidência, acaba por receber em seu escritório o senhor Jerônimo Corte-Real, um professor que tenta publicar a obra da filha de seu

amigo Manuel de Sousa Sepúlveda, cujo nome é Catarina de Sousa Sepúlveda De Groot. Além da presença de Corte-Real, homônimo do autor do *Lastimoso Naufrágio de Sepúlveda*, de 1594, é interessante perceber a relação onomástica da filha de Sepúlveda da obra de Vasco Graça Moura com a mãe de D. Leonor de Sá, mulher do Sepúlveda do século XVI:

[...] esta Catarina era filha desse Manuel, o seu melhor amigo, repetiu, e que era verdade que ele tinha falido pouco antes da revolução, acrescentando logo que essa tinha sido a verdadeira infelicidade, porque se ele tivesse falido a seguir à revolução, poucas ou nenhuma consequência teria tido a falência, isto porque, para já, o Manuel de Sousa Sepúlveda não teria sido confrontado com a iminência da convocação dos credores, muitos deles também falidos a seguir à revolução [...] (*Ibidem*, p. 35)

Após o primeiro encontro com Jerônimo Corte-Real, melhor amigo de Sepúlveda, o narrador decide utilizar-lhe o conhecimento como fonte de pesquisas. Na tentativa de saber mais de seu objeto de pesquisa, o narrador vai à casa de Corte-Real em busca de informações. É interessante notar que o depoimento do professor não se revela digno de credibilidade, uma vez que ele mesmo declara ser por vezes traído pela memória, como se verifica em seu discurso, marcado por reticências e pelo tom modalizante:

Se eu estivesse a escrever um romance, talvez encontrasse maneira de usá-las, pelo menos transpondo vários aspectos, mas infelizmente... já não tenho idade para essas fantasias e tudo isto me deixou muito abalado nessa época. E depois este tempo infernal, chuva e vento sem parar, esta ventania enervante... mas olhe que já cheguei a ver estas coisas como se percorresse um livro. Há pontos em que não sei se elas foram mesmo assim, ou se os inventei, por isso não acredito cegamente no que eu lhe digo. De resto vai ter de contactar com outras pessoas, que poderão completar algumas partes da história. (*Ibidem*, p. 54)

Corte-Real revela ao narrador os casos da vida profissional e pessoal de Sepúlveda, como o controle que detinha de diversas empresas, além de seu primeiro casamento, conturbado, com uma jovem estudante com a qual teve a sua filha, Catarina.

De acordo com o relato de Corte-Real, após o primeiro casamento, Sepúlveda seduz Leonor, filha do General Garcia de Sá, que queria casá-la com Luís Falcão. Novamente, percebe-se a coincidência dos nomes dos personagens da narrativa de Graça Moura com os dos personagens históricos presentes nos textos do século XVI.

O relato de Corte-Real revela ainda as circunstâncias nada abonadoras em que se deu a união de Sepúlveda e Leonor – quando, logo após

o casamento desta com Luís, ainda na saída da igreja, ela foge com o empresário, numa cena que destaca a impulsividade do jovem casal:

[...] ora bem, o pior é que no dia do casamento, quando os noivos já iam sair da igreja para o copo de água, quando os noivos desciam ao longo do arco de sabres cruzados no ar pelos camaradas do Luís, o Manuel estava cá fora, à espera dela, num automóvel emprestado, um Chevrolet muito velho, com a porta aberta, e a Leonor, mal saiu da igreja, mal passou debaixo dos sabres, foi direita ao carro e entrou, sentou-se ao lado dele e o Manuel arrancou imediatamente [...] (*Ibidem*, p. 60)

Apesar de toda a impulsividade do casal para poderem viver juntos, Corte-Real registra os primeiros sinais de desequilíbrio emocional de Leonor. Sepúlveda decide levar a filha, Catarina, fruto de seu primeiro casamento, para morar com eles, gerando um comportamento hostil em Leonor, que passa a alhear-se cada vez mais do mundo.

Apesar de toda a alienação de Leonor – invertendo a situação em relação ao casal quinhentista, já que lá era ele quem apresentara sinais de insanidade –, o casal não se separa, segundo Corte-Real, provavelmente pelo fato de Sepúlveda ter investido a fortuna da mulher para a formação de *holding*.

Vítima de um colaborador, “um destes tecnocratas formados no estrangeiro [...], cheio de diplomas e recomendações” (*Ibidem*, p. 63), sendo, segundo Corte-Real, “vigarizado pelo tal sujeito” (*Ibidem*, p. 63), Sepúlveda entra em decadência, fato que está diretamente ligado ao momento político, uma vez que a instabilidade do Portugal do momento imediatamente anterior à revolução teria gerado a falência.

Devido a tal situação, Sepúlveda tem de recorrer ao banco de seu cunhado para tentar “salvar o barco de qualquer maneira” (*Ibidem*, p. 63). O empresário é compelido a realizar um depósito de todas as suas ações no banco, além de hipotecar seus imóveis e penhorar os bens de sua empresa como garantia de pagamento de suas dívidas com o banco.

A entrega compulsória de seus bens ao banco pode ser comparada à entrega das armas feita pelo capitão quinhentista nos relatos tradicionais referentes ao naufrágio do galeão São João. Na sociedade capitalista, os bens representam o poder socioeconômico, as armas na terra da caçaria, no século XVI, representam o poder bélico. A semelhança entre as atitudes dos dois Sepúlvedas desemboca na ruína de ambos.

Continuando a sua busca de informações, o narrador, por intermédio de sua mulher, chega a Mariana, ex-mulher de Manuel de Sousa Se-

púlveda e mãe de Catarina. Descobre que ela, mesmo depois de largar seu marido por Paulo de Almeida, um típico revolucionário, torna-se, anos depois, amante de Sepúlveda, quando o reencontra em Paris.

Interessante notar no relato de Mariana a reflexão acerca daquilo que é contado. Segundo ela, a história, devido à distância de tempo, será a junção da verdade com a imaginação, sem que se possam delimitar os limites de cada uma. Além disso, ela afirma que nem tudo o que se sabe foi necessariamente contado por Corte-Real, para não macular a imagem do empresário.

O relato de Mariana evidencia um Sepúlveda covarde que estaria disposto a colaborar com a Pide por medo das represálias impostas pelo regime salazarista: *indícios de covardia e de vileza*, características que se opõem ao Sepúlveda quinhentista, enaltecido por sua honradez e coragem:

Sabe, a Pide não era para brincadeiras [...]. O Manuel nunca se tinha metido na política, não era o género dele, mas começou a encher-se de pânico..., como alguns dos outros de resto, que piavam muito [...], mas, mal lhe cheirou a esturro, meteram o rabinho entre as pernas [...]. O único que se portou bem foi o Jerónimo: continuou a aparecer nos mesmos sítios e a fazer exatamente as mesmas coisas... [...] Mas o Manuel [...] assustou-se mesmo, deu até alguns sinais de que estava disposto a colaborar com a polícia [...], acho que foram esses indícios de... de pequena covardia ou de vileza [...] que me começaram a afastar dele, parecia-me que ele era menos homem com tanta prudência. (*Ibidem*, p. 83-4)

Voltando a encontrar-se com o professor Corte-Real, este ressalta a ingenuidade do empresário ao aceitar as condições extorsivas propostas pelo banco. À semelhança do homônimo, Sepúlveda começa a sofrer de dores de cabeça e Corte-Real ressalta a debilidade emocional do amigo:

Trezentos mil contos!, exclamou o professor. Imagina o que isto era em Março de 1974? [...] Nessa altura ele veio algumas noites seguidas a minha casa, não imagina o estado em que ele vinha. Ora parecia alucinado, capaz de dar cabo deste mundo e do outro [...] ora completamente aniquilado, cheio de dores de cabeça, tinha-lhe dado uma diarreia nervosa, enquanto estava lá em casa pedia para ir à casa de banho umas cinco ou seis vezes. (*Ibidem*, p. 102)

Já Guiomar, irmã do empresário, demonstra naturalidade ao falar daquele em quem nunca mais pensou. Suas palavras sugerem ainda que as “coisas passadas há muito tempo [...] hoje não interessam a ninguém” (*Ibidem*, p. 117). Em seu relato, aponta o caráter mulherengo e volúvel do irmão, possível causa do fracasso do casamento com Leonor, num contraste com o Sepúlveda quinhentista, apaixonado e fiel. O Sepúlveda

do século XX aparece como o responsável pela extrema infelicidade vivenciada por Leonor. Seus delírios, já mencionados por Corte-Real e por Mariana, também são evidenciados por Guiomar. A esposa de Sepúlveda começa a se identificar de forma doentia com a homônima, a ponto de ser encontrada nua numa praia, *agachada num buraco das dunas, a tentar-se cobrir com os cabelos*, criando, em seu delírio, uma situação semelhante à que teria sido vivenciada pela nobre dama quinhentista:

É claro que a Leonor devia ter também um fundo esquizofrênico, lançava-se muitas vezes num discurso delirante, não sei se pode fazer ideia, destes discursos estranhos e impressionantes, coerentes, mas completamente fechados em si mesmos, de uma lógica evidente para quem fala, mas inacessível para os outros. E ocorriam-lhe associações inacreditáveis, despropositadas, perigosas até. Uma vez, estavam eles a passar um fim de semana no Algarve, o Manuel foi dar com ela às seis da manhã, completamente nua na praia, agachada num buraco das dunas, a tentar-se cobrir com os cabelos. Estava para ali aninhada, não ouvia o que lhe diziam, até foi preciso chamar uma ambulância e tirá-la de lá à força. (*Ibidem*, p. 121)

O conhecimento que a Leonor contemporânea possui acerca do triste fim de sua homônima fá-la aproximar-se da personagem histórica, a ponto de projetar no filho que havia morrido com poucas semanas de vida o filho que o Sepúlveda histórico teve de enterrar:

Ela prosseguiu com a história de Leonor de Sepúlveda nas dunas, que quando a tiraram de lá só dizia que o Manuel já tinha enterrado o menino numa cova de areia [...]. Levou-lhes muito tempo a perceberem, a compreenderem o que nunca lhes tinha ocorrido [...], e acontece que ela estava a encenar-se como a Leonor de Sepúlveda da *História Trágico-Marítima*, a viver a situação a partir da literatura... Note que eles tinham tido um filho que morreu de semanas, e por isso talvez ela falava no menino. (*Ibidem*, p. 121)

Outro relato a ser analisado é o de Ercília, empregada do casal. Seu relato é particularmente importante pelo fato de ela ter sido a última a vê-los com vida. Além de reiterar a loucura da patroa e o caráter volúvel do patrão, ela mostra a degradação em que o casal se encontrava pouco antes de morrer, num contraste definitivo entre o casal quinhentista, vítima de intempéries e tragédias, e o contemporâneo, que caminha paulatinamente rumo à decadência:

Eu via muito pouco o senhor engenheiro Sepúlveda, que chegava sempre muito tarde a casa, o jardineiro que lá ia até costumava dizer que era por causa das amantes, isso realmente eu não sei, mas com a senhora naquele estado eu não me admirava que ele tivesse de se arranjar por fora, a senhora tomava muitos remédios, só saía de casa para ir ao psiquiatra, uma vez começou aos gritos a dizer que a banheira estava a ficar cobertas de pelos que cresciam através do esmalte e que queriam embrulhá-la toda, e a garrafeira tinha de estar sempre fechada, porque se alguém se esquecia ela ia lá e bebia tudo o que lhe

ficasse à mão, uma vez até bebeu água de colônia, e depois ficava-se aos tombo na sala ou então no quarto, vi-a assim muitas vezes e muitas vezes a ajudei, ó minha senhora em que estado se pôs, mas ela não respondia, era como se não ouvia nada, outras vezes punha-se a escrever, com uma letra muito esquisita, assim como se as palavras e as letras andassem aos trambolhões na folha de papel, não se percebia nada do que ela escrevia, e às vezes, quando ainda não tinha tomado os remédios todos, punha-se a falar, a falar, a falar, mas eu também não percebia nada do que ela dizia, muitas vezes era ao telefone que ela falava [...] (*Ibidem*, p. 163)

Em uma de suas diversas crises, Leonor é encontrada desacordada junto a um frasco de comprimidos vazio, o que faz Sepúlveda desesperar-se, clamando pela ajuda da empregada. Quando volta ao quarto e encontra Leonor falecida, o marido, como o capitão do relato anônimo, fica ao lado de sua mulher, por meia hora, sem dizer uma palavra:

[...] quando a viu falecida, quis apartar-me dali, e assentar-se perto dela, com o rosto posto sobre uma mão, por espalho de meia hora, sem chorar, nem dizer coisa alguma, estando assim com os olhos postos nela, e acabando este espaço o senhor engenheiro disse tenho de a levar já embora, ajuda-me a vestir-lhe qualquer coisa, [...] chovia que Deus dava, aquilo era uma coisa impossível, ficámos completamente encharcados, o senhor engenheiro abriu a porta de trás do carro, mas antes eu tive de segurar sozinha a senhora para ele abrir a porta da garagem, pareceu-me que estava mesmo morta, a chuva batia-lhe com toda a força na cara e ela não se mexia nem dava sinal, [...] então o senhor engenheiro lá me pediu para ajudar a metê-la no banco de trás e para abrir o portão e saiu a toda a velocidade. (*Ibidem*, p. 165-6)

Interessante notar a presença da tempestade, que aparece também no início do romance, além de ser a principal causa da desgraça do casal da *História Trágico-Marítima*. E, no ápice do infortúnio do casal da narrativa de Vasco Graça Moura, que aos poucos se delineava, em um dia de chuva intensa, Sepúlveda e a esposa são encontrados mortos no fundo de um rio, num acidente que deixa a impressão de ter sido provocado pelo empresário. Enquanto o personagem histórico naufraga e mantém a coragem e a integridade, além do amor pela esposa, o contemporâneo parece buscar no fundo do rio a solução para os problemas com os quais não sabia lidar, numa confirmação de sua covardia e impotência:

[...] a cozinheira, aos murros na porta do meu quarto, que havia uma grande desgraça, que a polícia tinha tirado o carro do senhor engenheiro do rio, ali para os lados de Belém, que ele e a senhora estavam mortos [...], depois vieram os tais senhores da Judiciária e eu contei-lhes o que sabia [...], então um deles disse que parecia que o senhor engenheiro andava desesperado havia uns tempos por coisas lá da vida dele, os negócios parece que estavam a correr-lhe muito mal e ele tinha ido entregar tudo ao banco [...] (*Ibidem*, p. 166)

Por fim, Ercília deixa em dúvida se Leonor estaria realmente morta, acendendo suspeitas sobre a atitude de seu patrão. Além da ruína financeira, as circunstâncias – acidentais ou não – da morte do casal reafirmam na contemporaneidade o naufrágio do protagonista:

[...] e se calhar com esse desespero, ao ver a senhora assim, se calhar ainda não estava morta, mas isso só depois se podia ver, se ela tivesse água nos pulmões era porque ainda respirava quando o carro caiu no rio, se calhar com esse desespero o senhor engenheiro em vez de ir à urgência do hospital tinha resolvido acabar com aquelas infelicidades de uma vez por todas e foi-se atirar ao rio a direito, um dos senhores da Judiciária comentou para o outro que aquilo era um naufrágio de Sepúlveda [...] (*Ibidem*, p. 167)

O comentário do inspetor da Judiciária – *que aquilo era um naufrágio de Sepúlveda* – encerra de forma irônica a história do Sepúlveda contemporâneo. O narrador/autor apresenta a obra à editora, com intenções de publicá-la no futuro, destacando que “Tudo é ficção” (*Ibidem*, p. 171), como a própria construção da identidade nacional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Cia. da Letras, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BLANCO, Maria Luisa. *Conversas com António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

MARTINS, J. Cândido. *Naufrágio de Sepúlveda: texto e intertexto*. Lisboa: Replicação, [s/d].

MOURA, Vasco Graça Moura. *Naufrágio de Sepúlveda*. Lisboa: Quetzal, 1988.